GAZETA DO SUL S.A. 95.424.834/0001-30
www.gaz.com.br - Terça-feira, 19/03/2024

ASSINADO DIGITALMENTE
ICP-Brasil
Validade jurídica assegurada
conforme MP nº 2.200-2/2001
Lei nº 14.063/2020

GAZETA DO SUL S.A
95.424.834/0001-30
Emitido por: AC CERTIFICA MINAS v5
Data: 18/03/2024

CONCESSIONÁRIA ROTA DE SANTA MARIA S/A

CNPJ nº 04.149.087/0001-30
Relatório da Administração
www.rotadesantamaria.com.br

1. Aos Acionistas: É com grande satisfação que apresentamos, para a nossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária Rota de Santa Maria S/A, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento à Lei das Sociedades por Ações e demais normas e instruções contábeis no Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e instruções contábeis da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações Independentes. Os valores são expressos em milhares de reais, quando não mencionado de outra forma.

2. Informações sobre a Concessão: A Concessionária Rota de Santa Maria S/A ("Concessiária") localizada à Av. Independência, 2.365, Porto Alegre/RS, CEP 91.520-000, tem por objeto a exploração da rodovia federal BR-287/RS, no trecho compreendido entre o km 168,4 (Santa Maria) e o km 359,1 (Tabaí), mediante outorga firmada entre a ANTT e a Concessiária em 10/10/2021 por meio do Contrato de Concessão nº 1/2021 - Edital de Leilão nº 1/2021 - Processo nº 50500.029.963/2021-71 (Contrato de Concessão), pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados da data da assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 10/11/2021, sendo 24 (vinte e cinco) meses para a realização dos estudos e projetos de engenharia, 2 (dois) anos para a execução das obras de ampliação de capacidade e 27 (vinte e cinco) anos para a operação e exploração das rodovias, por prazo determinado e/ou até o montante de R$ 1.000.000,00 (Outorga Fixa) e Outorga Variável, conforme Contrato de Concessão, sujeitando-se a Concessiária e a Concedente em conjunto com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Rio Grande do Sul (AGERGS) e demais órgãos de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas frações mangueiras, acessos ou áreas de serviço e de seguro ao longo da rodovia, nos termos do Contrato de Concessão e do Edital de Leilão, e de acordo com o Regulamento de Exploração Rodoviária, Manual de Arrecadação de Receitas Extraordinárias, Manual de Operação e Manutenção, meio ambiente e saúde e segurança ocupacional.

Ativo Financeiro - Concessão

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo financeiro concessionárias de caixa	6	19.204	14.960
Caixa restrito	6	60.094	1.737
Ativo financeiro - Concessão	7	1.553.000	1.553.000
Ativo financeiro - Concessão - Adiantamento a fornecedores	7	1.553	2.669
Despesas antecipadas	7	1.553	2.669
Total do ativo circulante		1.634.404	1.574.966
Ativo financeiro - Concessão	7	87.561	22.135
Partes relacionadas	14	109.012	109.012
Ativo financeiro - Concessão - Adiantamento a fornecedores	7	1.553	2.669
Imobilizado	8	13.571	12.120
Intangível	9	1.553.000	1.553.000
Total do ativo não circulante		1.764.697	1.699.936
Total do ativo		3.399.101	3.274.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucro Legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2021		1.000.000	1.271	-	-	-	1.001.271
Aumento de capital social							
Capital integralizado		185.234					185.234
Constituição de reserva legal				56		(56)	
Constituição de reserva de lucros					275	(275)	
Constituição de dividendos obrigatórios					14	(14)	
Prejuízo do exercício						(1.271)	(1.271)
Saldos em 31 de dezembro 2022		1.185.234	-	56	289	-	1.185.579
Aumento de capital		260.234		147	737		261.118
Adiantamento para futuro aumento de capital	17		14.871				14.871
Integração de capital social	17	10.000	(10.000)				
Constituição de reserva legal				794		(794)	
Reserva de lucros a realizar					10.025	(10.025)	
Constituição de dividendos obrigatórios					(3.342)	(3.342)	
Prejuízo do exercício						(1.271)	(1.271)
Saldos em 31 de dezembro 2023		1.455.468	4.871	997	7.709	-	1.468.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Concessionária Rota de Santa Maria S/A ("Concessiária") localizada à Av. Independência, 2.364, em Santa Maria/RS, CEP 91.520-000, tem por objeto a exploração da rodovia federal BR-287/RS, no trecho compreendido entre o km 168,4 (Santa Maria) e o km 359,1 (Tabaí), mediante outorga firmada entre a ANTT e a Concessiária em 10/10/2021 por meio do Contrato de Concessão nº 1/2021 - Edital de Leilão nº 1/2021 - Processo nº 50500.029.963/2021-71 (Contrato de Concessão), pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados da data da assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 10/11/2021, sendo 24 (vinte e cinco) meses para a realização dos estudos e projetos de engenharia, 2 (dois) anos para a execução das obras de ampliação de capacidade e 27 (vinte e cinco) anos para a operação e exploração das rodovias, por prazo determinado e/ou até o montante de R$ 1.000.000,00 (Outorga Fixa) e Outorga Variável, conforme Contrato de Concessão, sujeitando-se a Concessiária e a Concedente em conjunto com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Rio Grande do Sul (AGERGS) e demais órgãos de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas frações mangueiras, acessos ou áreas de serviço e de seguro ao longo da rodovia, nos termos do Contrato de Concessão e do Edital de Leilão, e de acordo com o Regulamento de Exploração Rodoviária, Manual de Arrecadação de Receitas Extraordinárias, Manual de Operação e Manutenção, meio ambiente e saúde e segurança ocupacional.

2. Base de apresentação: a) Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Financial Reporting Council (FRC) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), observando a Lei das Sociedades por Ações e as normas e instruções da CVM, com base nas informações disponíveis, bem como ainda pressupõe a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Os valores e as informações contidos nas demonstrações financeiras individuais e nas julgamentos contábeis são continuamente avaliados, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis sob as circunstâncias atuais. Os resultados reais podem ser diferentes dos valores contábeis estimados. A Administração efetua uma avaliação de suas estimativas e julgamentos contábeis significativos, incluindo os relacionados a: a) Provisão para manutenção e melhorias; b) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa; c) Provisão para demandas judiciais; d) Provisão para perdas com desvalorização de ativos financeiros e ajuste a valor presente; e) Provisão para perdas com desvalorização de ativos não financeiros; e) Provisão para perdas com desvalorização de ativos não financeiros; e) Provisão para perdas com desvalorização de ativos não financeiros